

TENSÕES E CONFLITOS NA CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO: A REVOLTA DE TRIUNFO

Marc Jay Hoffnagel *

RESUMO: Este artigo trata dos conflitos políticos que ocorreram durante os primeiros anos do regime republicano em Pernambuco. O enfoque principal é a luta pelo poder travada entre o Governador do Estado, Capitão José Alexandre Barbosa Lima e os Republicanos Históricos que pretendiam montar uma máquina político-administrativa que lhes garantisse o controle sobre o estado. Com base em fontes referentes ao chamado “Movimento Patriótico de Triunfo, no sertão do Pajeú, o artigo evidencia a participação da sociedade do sertão pernambucano nas tramas políticas que caracterizaram Pernambuco na primeira década da República.

Palavras chave: Pernambuco, República, Sertão

ABSTRACT: This article deals with the political conflicts that took place in the state of Pernambuco during the initial years of the Old Republic. It focuses on the struggle for power between the state's Governor, Captain José Alexandre Barbosa Lima and the Historic Republicans who attempted to mount their own political machine to insure their dominance over state politics. Analyzing documents concerning the so-called Patriotic Movement of Triunfo, a county located in the sertão of the Pajeú, the article seeks to demonstrate that the backlands, or “sertão” far from being isolated from political life in the state capital, were in fact an integral part of the state's political life during the initial years of the Old Republic.

Key Words: Pernambuco, Republic, Backlands

É consenso entre os historiadores que no Brasil a consolidação do regime republicano não se efetivou através de processo tranquilo e pacífico. Os primeiros anos de República foram marcados pela violência manifestada nas acirradas disputas pessoais, na repressão do Estado às manifestações populares e sublevações. Neste processo também não faltaram embates mais sérios entre os representantes das forças

* Departamento de História da UFPE.

políticas opositoras com características de guerra civil. Servem de exemplo a Revolta Federalista e a Revolta Armada.¹

Neste quadro de tensões e conflitos o sertão do Nordeste não se constituiu exceção. Entretanto este fato não vem recebendo maior atenção dos estudiosos. Talvez isto se deva ao fato de que por muito tempo a região do sertão nordestino foi entendida como um “outro Nordeste”, isto é uma região isolada dos grandes centros de poder, habitada por fanáticos religiosos, cangaceiros e vítimas dos constantes e demorados períodos de seca.²

Contudo, vale salientar que vários estudos evidenciam o contrário. São trabalhos que se fundamentam na investigação que se utiliza de novas fontes e sob um olhar renovado em relação à sociedade sertaneja. Desta forma vem se confirmando a hipótese de que o sertão também foi palco de conflitos e lutas políticas que caracterizaram os primeiros anos do regime republicano no Brasil.

No que se refere ao sertão pernambucano esta constatação é possível através da utilização do conjunto de fontes coletado pelo historiador Mario Melo, ainda na década de 1920, publicado na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano ano de 1944.³ Neste acervo documental destacam-se, por exemplo, cartas de José Isidoro Martins Junior, líder do grupo conhecido por Republicanos Históricos de Pernambuco e o depoimento prestado pelo Coronel Antônio Gomes Correia da Cruz. Este último foi líder de um levante de coronéis no Sertão do Pajeú que ficou conhecido como “O Movimento Patriótico de Triunfo”.

O referido levante embora tenha ocorrido no interior do estado de Pernambuco, enquadra-se no processo de luta travada por facções políticas rivais no Recife após a proclamação da República. De um modo geral estas facções agrupavam-se em dois blocos. Um deles, os chamados Republicanos Históricos compreendiam os militantes republicanos que atuaram no final do período monárquico sob o comando de José Isidoro Martins Júnior. O outro era o Partido Autonomista, composto por ex-políticos monarquistas que seguiam as orientações de José Mariano Carneiro da Cunha, um dos líderes do Partido Liberal e do Barão de Lucena, figura de destaque no Partido Conservador durante o Império.⁴

Embora o Partido Republicano em Pernambuco representasse a maior agremiação republicana no Nordeste, no final da Monarquia, às vésperas da República, sua força política era quase inexpressiva. Prova disto foram os resultados das eleições gerais de agosto de 1889. Essas foram as últimas realizadas sob a égide da Monarquia. Nestas eleições os candidatos deste seguimento político conquistaram menos de 5% do total dos votos da Província, enquanto os republicanos em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro receberam respectivamente 27%, 24% e 21% dos votos em suas províncias.⁵

Os Autonomistas por sua vez, gozavam de certas vantagens no início do período republicano. Isto porque contavam com a figura e importância política do Barão de Lucena, conselheiro, Ministro e homem de confiança do Presidente Deodoro da Fonseca. Aliou-se a José Mariano que havia sido um abolicionista atuante e um dos políticos mais populares do Recife que teve a capacidade de mobilizar vários setores da população da capital do Estado de Pernambuco.

Na ocasião José Mariano era considerado um inimigo pelos republicanos. Pode-se dizer que ele era visto como um traidor tendo em vista que haviam lutados juntos pela Abolição e que depois disso tomara posições contraditórias com relação a monarquia. Nos últimos meses de vigência do regime monárquico, Mariano liderou a chamada União Democrata que era considerada uma espécie de Guarda Negra. Ocorre que essa organização foi responsável pela expulsão de Silva Jardim, um dos mais importantes republicanos do País que visitava a capital pernambucana em julho de 1889.⁶ (6) Para demonstrar a força política dos Autonomistas nos primeiros momentos da ordem republicana no Brasil pode-se citar a nomeação do Barão de Lucena para o cargo de governador de Pernambuco em 1891.

Os Autonomistas dominaram a política no estado de Pernambuco até a ascensão de Floriano Peixoto a Presidência, em novembro de 1891. O novo Presidente em um de seus primeiros atos ao assumir suas funções foi demitir os governadores vinculados ao presidente que lhe antecederam. O intuito de Floriano com esta medida era eliminar a influência política dos Deodoristas. Entretanto esta medida presidencial desencadeou uma onda de violência que se espalhou por todo o País, inclusive em Pernambuco onde os Republicanos Históricos não hesitaram em tirar proveito da nova situação.

Os Republicanos Históricos contando com o apoio do comandante local do Exército Nacional, em 18 de dezembro de 1891, após sangrento confronto ocorrido em Recife entre as forças da polícia estadual e as tropas do exército federal, atacaram o Palácio do Governo e a Assembléia Legislativa do Estado.⁷ O passo seguinte e imediato dos revoltosos foi a formação de uma Junta de Governo. Dentre as primeiras providências tomadas por esta Junta estão a nomeação de novos intendentes para vários municípios e a determinação de que se processasse a organização de novas eleições para o Congresso estadual.⁸

O agravamento do tenso quadro político pernambucano levou o Presidente da República a nomear o Capitão Alexandre Barbosa Lima para o cargo de governador do Estado sem sequer consultar o líder dos Republicanos Históricos, Martins Júnior.

O Capitão Barbosa Lima era militar que durante a Monarquia apoiara o republicanism. Embora fosse pernambucano, não tinha ligações com nenhuma das facções políticas locais. De fato após a proclamação da República servia como deputado federal do Ceará. É provável que a sua aparente neutralidade no que concerne a política pernambucana, convenceu Floriano de sua capacidade de restaurar a ordem em Pernambuco. Vale salientar, porém, que o novo governador não tinha nenhuma intenção de submeter-se ao grupo dos Republicanos Históricos que buscavam consolidar seu poder no Estado após o Golpe de 18 de dezembro de 1891. No conjunto de suas primeiras medidas estavam a suspensão do orçamento da Capital elaborado pelo Prefeito, o republicano Histórico e forte aliado de Martins Júnior e o adiamento das eleições municipais que os Históricos haviam programado. Tais medidas provocaram uma ruptura nas relações entre o novo governo, Martins Junior e os Históricos.

Pode-se afirmar que o governador Barbosa Lima achava-se empenhado em exercer o controle sobre a máquina político-administrativa estadual. Para tanto ele se utilizou do Artigo 52 da Constituição do Estado de Pernambuco que estava em vigência na época. Este artigo refere-se à organização da administração municipal. Nele estão contidos as regras do processo eleitoral para prefeitos, vice-prefeitos e membros das Câmaras Municipais. Além disto o governador demitiu aqueles que ocupavam estes cargos a partir da ascensão dos Republicanos Históricos em dezembro de 1891. Para a substituição foram escolhidos intendentes cuja missão seria a de organizar as próximas eleições.⁹

Evidentemente que estas decisões governamentais não agradaram o Partido Republicano de Martim Júnior. A resposta desta agremiação a tais medidas administrativas, mas que tinham nitidamente caráter de disputa pelo poder, foi o boicote às eleições. Entretanto a reação do PR não se limitou ao âmbito local. Com o intuito de neutralizar o governador, representantes deste Partido lançaram uma campanha com a finalidade de convencer o Presidente Floriano de que o novo governador era incapaz de manter a ordem e a paz no Estado. Dentre as estratégias empregadas estava o estímulo e o apoio material oferecido a várias sublevações que tiveram início no interior do estado de Pernambuco.¹⁰ Estas ocorreram, principalmente, nos do Sertão do Pajeú.

Nesta empreitada os partidários do PR contaram com o Congresso Estadual e o apoio do General Roberto Pereira, comandante do 14º e 15º Batalhão do Exército sediado no Recife. De acordo com Barbosa Lima, o General além de reforçar sua tropa com praças oriundas da Paraíba e de Alagoas, transferiu oficiais leais aos situacionistas no Estado e permitiu que outros oficiais proferissem discursos inflamados contra o governador.¹¹

Apesar do apoio recebido pelos Históricos, as forças do governo não tiveram muita dificuldade em abafar a maioria das sublevações ocorridas no Estado. Contudo, no Alto Sertão o processo foi diferente. Aqui tem destaque o chamado "Movimento Patriótico de Triunfo". Este movimento foi cuidadosamente planejado por Martins Júnior, Albino Meira e outros membros do Partido Republicano incluindo o Coronel Antônio Gomes Correia da Cruz, Deputado Estadual, latifundiário no Pajeú e líder do movimento. Embora Martins Junior negasse qualquer envolvimento neste episódio, sua participação é irrefutável, pois são claras as evidências neste sentido. Segundo as fontes disponíveis, ele além de fornecer informações sobre o deslocamento das forças do governo, também providenciou financiamento para compra de armas e mantimentos para os revoltosos.

Dentre as fontes coletadas que comprovam as ações de Martins Júnior encontra-se uma carta confidencial encaminhada ao coronel Correia da Cruz. Nela o líder do Partido Republicano escreve o seguinte:

“Seguem hoje para ahi 85 praças da policia encarregada de dominar Os republicanos e devendo receber pelo caminho contingentes de Guarda local. Vão municidados Devo aconselhar-lhe que procure inutilizar a força antes de chegar ao seu destino. Talvez seja fácil de desarma-la. Convém também estender o movimento nas mesmas condições nos municípios vizinhos. Os amigos daqui podem por a sua disposição para sustentação do movimento ahi e nos municípios vizinhos até um conto de réis que será pagos a vista de saque contra a Casa Tavares de Melo Gênero e Cia desta praça.”¹²

Em outro comunicado Martins Junior alertou o Coronel Correia da Cruz sobre 150 praças que haviam sido deslocadas para o Pajeú sob o comando do Tenente de artilharia Florêncio de Carvalho. Ele ainda adverte seu comparsa para ter muito cuidado com o citado tenente pois o mesmo era “um homem capaz de tudo”. Ao mesmo tempo lhe assegurou que “dois oficiais são nossos amigos e deles não há de recear senão sob a pressão do Comandante.”¹³

A sublevação em Triunfo deixou as autoridades da região leais ao governo de Barbosa Lima em estado de alarme como pode-se verificar através do ofício do Promotor Público do município de Flores, vizinho a Triunfo. Disse o Promotor:

Para os fins convenientes levo ao conhecimento de Vossa Excelência o estado de sublevação em que se acha o Município de Triunfo, donde partiram desde ontem mais de 300 capangas armados e municidados, tendo a sua frente o Deputado Estadual Antônio Barros Gomes Correia da Cruz, que os aliciou de acordo com todos quanto se dizem chefes políticos aqui e naquele infeliz município, e acham-se acampados no lugar Carnaubinha, distante duas léguas desta vila. O fim que visam tão audazes sediciosos, segundo sou informado, é impedir que transponha a Serra de Baixa Verde uma força que dessa capital seguiu com destino ao Triunfo, onde afirmam que não entrará. Estou também informado que os sediciosos receberam instruções e dinheiro dos chefes da capital para assim procederem; de sorte que audazes, como são, não forem em tempo obstados porão, certamente, em prática uma conflagração no alto Sertão, por isso que continuam a aliciar gente, receando-se grande derramamento de sangue. De Vossa Excelência, com quem declaram os sediciosos ser a questão pessoal, Espero prontas medidas, em bem da ordem e tranqüilidade deste município.”¹⁴

No que diz respeito à sublevação do Pajeú, o depoimento do Coronel Correia da Cruz é de fundamental importância para o entendimento das relações sociais e políticas no sertão pernambucano nos primeiros tempos do regime republicano. Trata-se de uma fonte que se destaca pela natureza das informações que contém e pela riqueza de

detalhes quando se refere à mobilização e abastecimento dos combatentes, suas estratégias de luta, bem como sobre o comportamento das forças palacianas.

Quanto ao abastecimento da provisão das forças rebeldes, este ficava a cargo dos criadores e moradores da região do Pajeú. Durante todo o período de duração do Levante estas pessoas forneceram mais de 70 cabeças de gado entre bois, vacas e novilhos. Também forneceram várias sacas de farinha para complementar a alimentação dos rebeldes. Correia da Cruz elaborou e guardou cuidadosamente uma lista de fornecedores. Esta veio a público através do depoimento que o mesmo Coronel publicou trinta anos depois da derrocada da sublevação. Nesta lista acham-se incluídos nomes de líderes políticos que ostentavam títulos de coronel, major e capitães da antiga Guarda Nacional. Nesta fonte também foram incluídos nomes de pessoas mais humildes como foi o caso do “ cidadão Belizário” e “Angelino de Tal”.¹⁵

Em face da natureza da principal fonte disponível, isto é, o depoimento do Coronel Correia da Cruz, fica difícil afirmar se o fornecimento de gêneros alimentícios efetivado por pessoas não engajadas diretamente no Levante, fosse feito de forma voluntária. Entretanto, é interessante dizer que esta não foi a única maneira de aquisição dos mantimentos. Houve ocasiões em que o Coronel pagou pelos alimentos fornecidos a seus homens. Convém ressaltar, entretanto, que o abastecimento dos sediciosos foi sempre problemático. Em várias ocasiões os combatentes precisaram recorrer à caça de tatus e outros animais de pequeno porte para aliviar a fome.¹⁶

Quanto a aquisição das armas e munição não há declaração explícita de Correia da Cruz em seu depoimento. É provável que as mesmas usadas pelos revoltosos fossem conseguidas através de compra. Como já foi mencionado anteriormente, os patrocinadores do Movimento colocavam recursos financeiros à disposição do Coronel.

Pode-se, também, presumir que estas armas compradas em Recife chegavam às mãos dos revoltosos via Princesa, município vizinho a Triunfo pelo lado da Paraíba. Esta hipótese decorre do fato de que ali estavam abrigados chefes políticos que tinham vínculos familiares com os políticos do Pajeú pernambucano.

O depoimento do coronel Correia da Cruz também lança luz sobre as estratégias de luta empregadas tanto pelos rebeldes como pelas forças legalistas. Quanto aos primeiros a opção foi a luta no estilo guerra de guerrilha. Por essa razão as forças

sediciosas organizadas pelo Coronel Correia não lutavam como uma única unidade. Ele as dividia em pequenos grupos que se distribuía de forma dispersa por toda a região do conflito. Só em determinado momento estes grupos se reuniam. Ainda fundado no modelo da guerrilha, o enfrentamento com os destacamentos da polícia só era efetivado quando em ocasiões que podiam contar com o conhecimento do terreno, com o elemento surpresa e também com a escuridão noturna.

Devido a esta forma de luta que os revoltosos permaneceram em constante movimento. Isto pode ser constatado no seguinte trecho onde Correia da Cruz, em depoimento, relata uma pequena parte destes deslocamentos.

*“Sabendo que a força. que estava em Triunfo se achava em Caiçara, sob o comando do Tenente Coronel Carvalho, ahi enternei-me nos matos com dous companheiros e um guia até saber onde se achava a minha força com a qual encontrei-me no Alto do Mary no dia 25. No dia 16 shaiu com a minha força de Barra para Poço de Canoa. Na noite deste dia doumir no riacho dos Albertos, sahindo no dia seguinte dormindo em Urubú e no dia seguinte dormiu na Quebra Unha de Dentro, onde estive até dia 20, quando sahiu para o lugar Jatobá onde dormiu, sahindo daí no dia 21 e dormindo no lugar Pocinhos, no dia 22 retirou-se para Angico onde dormiu; sahiu no dia 23 dormindo no Pocinhos donde sahiu no dia 24 para o Alto do Mary onde demorou até no domingo no dia 25”.*¹⁷

Em face deste tipo de luta, a maior “batalha” ocorrida no conflito entre as forças revoltosas e as legalistas, no Sertão do Pajeú limitou-se a um tiroteio que demorou aproximadamente meia hora e que resultou em apenas três baixas.

É certo que o movimento armado de Triunfo não desencadeou “a conflagração do Alto Sertão” como temia o Promoter de Flores. Contudo ele representou uma desmoralização às autoridades do Estado de Pernambuco. Devido as manobras dos adeptos de Martins Júnior o Congresso estadual dissolveu o Corpo Regional forçando o delegado de Polícia de Triunfo a mobilizar populares para repelir “qualquer agressão da parte dos sectários da política desorientada dos supostos republicanos que Sá visam os interesses pessoais, e o aniquilamento da instituições patrióticas tendentes a elevar o nosso estado a altura do regime governamental instituído pala opinião nacional.”¹⁸

Os conflitos no Alto Sertão de Pernambuco findaram por volta dos meados de 1893. Entretanto não se pode apontar o término destes levantes como uma vitória do empenho das forças armadas do governo do Estado. Como foi dito anteriormente, os embates entre os coronéis revoltosos e as forças legalistas foram raros e nada decisivos. De acordo com as informações contidas no depoimento do líder do Movimento Patriótico de Triunfo, foram as táticas utilizadas pelas forças policiais do estado, fundamentadas em medidas de contra-insurgência que propiciaram o final dos conflitos. A sistemática adotada pelos legais de tomar por alvo principal as redes de apoio que davam sustentação às forças rebeldes foi decisiva neste sentido.

Assim, os simpatizantes e as famílias das pessoas que faziam parte da sublevação aqueles que mais sentiram a força da repressão. Em seu depoimento o Coronel Correia da Cruz é bastante claro sobre este aspecto do conflito. Ele relata, por exemplo, as arbitrariedades cometidas por ocasião da chegada do destacamento da Polícia à Vila Bela à procura do Capitão Quidute. Segundo o depoente, nesta ocasião foi cometida “toda sorte de depredação” contra a família do Capitão procurado.¹⁹

O mesmo comportamento teria apresentado um contingente da Polícia quando chegou à vila de Santo Amaro. Ali esses agentes estaduais arrombaram as portas e roubaram residências, além de destruírem currais, chiqueiros e galinheiros. Nesta ocasião também foram efetivadas prisões e espancamento de jovens. Na fazenda Terra do Sol, pertencente a João Cosme, por exemplo, todos os trabalhadores foram aprisionados e o filho do vaqueiro sofreu graves ferimentos. Alguns inclusive provocados por arma de fogo.

Em Afogados da Ingazeira, local considerado um dos focos de atividades rebeldes, a força estadual sob o comando de Leôncio de Carvalho, homem considerado por Martins Júnior como uma pessoa “capaz de tudo”, produziu verdadeiras cenas de devastação. Segundo as palavras de Correia da Cruz, nesta localidade o destacamento sob seu comando

“roubou tudo quanto encontrou nas casas dos cidadãos Angelo José de Sousa, Manuel Freire de Sousa Pinto e Antônio Cypriano de Siqueira, e em seguida quebrou todos os móveis encontrados e incendiou as casas dos mesmos cidadãos e parte da casa do cidadão

Casimiro Gomes da Silva. Escapando a família com a roupa do corpo e para não ser vítimas da fúria satânica de tal corja refugiaram-se nos campos onde pernoitaram seguindo no dia seguinte para Caiçara”²⁰

Apesar desta violenta reação das forças legalistas, deve-se ter o cuidado para não super dimensionar a sublevação dos Coronéis no Pajeú. No entanto o chamado Movimento Patriótico de Triunfo serve para demonstrar que o sertão foi parte integrante das tramas políticas que caracterizaram Pernambuco ao longo dos primeiros anos da

BIBLIOGRAFIA

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1889 a e 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: DIFEL, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucila de Almeida (orgs). *O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucila de Almeida (orgs). *O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, PP 45-88.

HOFFNAGEL, Marc Jay. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. PhD thesis, Indiana University, 1975. Ann Arbor Michigan, USA, University Microfilms International, 1978.

_____. Rumos do Republicanismo em Pernambuco. In SILVA, Leonardo Dantas. *A República em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990, p. 159-174.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEVINE, Robert M. *A velha usina. Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MELLO, Mário. “O movimento patriótico do município do Triunfo” In Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. V. 39, PP 189-203, 1944

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste, formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1937;

PORTO, José da Costa. *Os tempos de Barbosa Lima*. Recife: Coleção Concórdia, 1966, p. 66-67.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino. Existência e resistência da desigualdade regional*. João Pessoa: Editora da UFPE, 1983.

¹ Sobre os primeiros anos da República, ver FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucila de Almeida (orgs). *O Brasil mrepblicano, o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, PP 45-88.

² Representativos desta visão no sertão nordestino são CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952; MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste, formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1937; FACO, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

³ MELLO, Mário. “O movimento patriótico do município do Triunfo” In Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. V. 39, PP 189-203, 1944

⁴ HOFFNAGEL, Marc Jay. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil, 1868-1897*. Tese de doutorado. Indiana University, 1975, pp 212-224.

⁵ Idem. Rumos do Republicanismo em Pernambuco. In SILVA, Leonardo Dantas. *A República em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990, p. 159-174.

⁶ Idem. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil, 1868-1897*. Op, cit, p. 185-189.

⁷ Idem, ibidem. PP 225-226.

⁸ Idem, ibidem, PP 226-227

⁹ PORTO, José da Costa. *Os tempos de Barbosa Lima*. Recife: Coleção Concórdia, 1966, p. 66-67.

¹⁰ MELLO, Mário. Op. Cit, p. 190

¹¹ GOVERNO DE PERNAMBUCO. BARBOSA Lima, *Carta dirigida a Floriano Peixoto*. Recife, 18 de fevereiro de 1893. Arquivo Floriano Peixoto, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

¹² MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. Carta dirigida ao Cel. Antonio Barros Gomes Correia da Cruz. Recife, 04 de setembro de 1892. Apud MELLO, op. Cit, p. 199

¹³ MARTINS JÚNIOR. José Isidoro. Carta dirigida ao Cel Antonio Barros Gomes Correia da Cruz. Recife, 27 de setembro de 1892. Apud MELLO, Op. Cit, PP. 199-200

¹⁴ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Ofício do Promotor de Justiça. Arquivo Publico Estadual Jordao Emerenciano (Pernambuco). Fundo Promotores de Justiça, vol 25, fl 223.

¹⁵ Depoimento do Cel. Antonio Gomes Correia da Cruz. Apud MELLO, Op. Cit, p. 197

¹⁶ Idem, ibidem, p. 195, 197-198

¹⁷ Idem, ibidem, p. 196.

¹⁸ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Ofício do Promotor de Justiça. Arquivo Publico Estadual Jordao Emerenciano (Pernambuco). Fundo Promotores de Justiça, vol 24, fl137.

¹⁹ Depoimento do Cel. Antonio Gomes Correia da Cruz. Apud MELLO, Op. Cit, p. 193

²⁰ Idem, ibidem, p. 194